

Colin defende maior folga no orçamento monetário este ano

Brasília — A necessidade de sustentar — ou até mesmo superar — a previsão de um saldo comercial de 9 bilhões de dólares este ano e a expectativa do Ministério da Agricultura de aumentar a área plantada (evitando futuras importações) justificarão uma revisão do orçamento monetário no segundo semestre do ano.

A decisão, se adotada, implicará mais crédito não apenas para esses dois setores, como para a indústria e o comércio, cuja produção e nível de negócios são imediatamente afetados, com a retomada das atividades. Esta é a opinião do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, revelada em entrevista, ontem, quando fez um balanço da atuação recente do Banco e analisou desdobramentos da política econômica.

Colin, que retornou recentemente de uma reunião do Eulabank, na Europa, disse que a mudança do orçamento monetário poderá ser conciliada com o plano de contenção do FMI e previu que a renegociação da chamada fase 3 da dívida externa será feita sob novos parâmetros de discussão das taxas de juros.

Lembrou que em 1983, após uma previsão inicial de crescimento de 65% do crédito, este chegou a 96%. Em 1984, a meta é de 50%, "mas as estatísticas da balança comercial exibidas até aqui têm dado prestígio ao Brasil, e uma revisão poderia ser conciliada com o programa de ajustamento do FMI, que impõe estreita contenção monetária" — disse Colin.

Em maio, de acordo com Colin, a Cacex estimou uma necessidade de Cr\$ 150 bilhões para o financiamento à exportação, mas o BB só pôde liberar, efetivamente, Cr\$ 40 bilhões, posteriormente suplementados com Cr\$ 20 bilhões. Ele citou esse exemplo para demonstrar a crescente demanda por recursos novos, tal como acontece na agricultura, onde o Ministro Nestor Jost já se referiu a uma necessidade de Cr\$ 400 bilhões para cumprir seus planos.

Oswaldo Colin anunciou que espera um bom resultado operacional para o segundo semestre do ano, porque deixará de contabilizar uma despesa de Cr\$ 500 bilhões com a remuneração de Recibos de Depósitos Bancários —

RDBs — recursos que passarão a integrar as receitas do banco.

Colin vê com reservas a valorização brusca das ações do BB nas últimas semanas — Cr\$ 77,77 a ação preferencial — o que atribuiu à proximidade do fechamento do balanço semestral do banco, gerando expectativas favoráveis, como ocorre todos os anos.

Este mês, segundo estimou, suas aplicações poderão atingir até Cr\$ 100 bilhões.

O presidente do Banco do Brasil esclareceu que o mês de maio terminou com uma captação total de Cr\$ 107 bilhões (Cr\$ 47 bilhões de Certificados de Depósitos Bancários — CDBs e Cr\$ 60 bilhões de RDBs), dos quais apenas Cr\$ 30 bilhões foram destinados à aquisição de títulos públicos — LTNs e ORTNs —, de acordo com nova orientação das autoridades monetárias.

O restante, Cr\$ 77 bilhões, foi incorporado às disponibilidades de crédito do banco. Sua previsão é que esse volume de captação, através dos dois tipos de papel, possa repetir-se neste mês.

Colin explicou que a mudança provisória na destinação dos recursos obtidos com a colocação dos dois títulos, contribuirá — especialmente no segundo semestre — para melhorar o desempenho da rentabilidade do BB.

Alta de juros

O tabelamento das taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento, que estava em vigor desde 13 de julho de 1983, foi eliminado pelo Conselho Monetário Nacional no dia 5 de abril passado, através da resolução número 912. A informação só foi divulgada ontem, quando o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, usou esse argumento para justificar o aumento dos juros praticado pela instituição nas últimas semanas.

Disse que o Banco do Brasil, através de uma decisão tomada no dia 24 de abril, baseou-se na resolução 912 do CMN, mas não quis entrar em detalhes.